

ARTIGO

**SOCIEDADE, AMBIENTE E FRONTEIRA NA AMAZÔNIA:
ALGUNS TÓPICOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS**

Resumo

O presente trabalho é resultado de temas tratados em discussões temáticas durante o 1º Seminário Internacional sobre Sociedade e Fronteiras promovido pelo PPGSOF/UFRR, em dezembro de 2012 em Boa Vista. Nele tratamos de estabelecer algumas relações entre as categorias sociedade, ambiente e fronteira na Amazônia, principalmente sob a ótica da evolução político-administrativa, desde a colonial até os tempos mais recentes. A fronteira amazônica é caracterizada aqui como algo mais do que uma histórica fornecedora de recursos naturais e também como mais que um espaço delimitado pelo Estado Nacional. Seus habitantes tradicionais são entendidos como construtores do seu espaço, além de serem também incorporados em projetos do Estado Nacional no atendimento de demandas existentes alhures, seja no início da conquista seja em tempos mais presentes. Em resumo, como a economia e a política se sobrepuseram a povos e ao ambiente e moldaram a vida no espaço conhecido hoje como Amazônia Brasileira.

Palavras-Chave: Fronteira Amazônica; Geopolítica; História do Brasil.

* Possui graduação em História pelo Centro Universitário da Cidade de União da Vitória (1972), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2004). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Roraima.

Abstract

This work is the result of thematic discussions on topics covered during the First International Seminar on Society and Frontiers, sponsored by PPGSOF/UFRR, in December 2012 in Boa Vista. In it we try to establish some relationships between the categories society, environment and frontier in the Amazon, especially from the perspective of political and administrative developments, from colonial times to the latest. The Amazon frontier is characterized here as anything more than a historical supplier of natural resources as well as more than a space delimited by the National State. Its inhabitants are seen as traditional builders of your space, and are also incorporated into projects of the National State in meeting existing demands elsewhere, either at the beginning of the conquest is once more present. In short, as the economics and politics overlapped the people and the environment and life shaped the area known today as the Brazilian Amazon.

Keywords: Amazon Frontier; Geopolitics; History of Brazil.

O ambiente e a sociedade: uma interação imperiosa

Sociedade, ambiente e política se entrecruzam em qualquer grupo organizado, onde se estabelecem regras e hierarquias para o uso dos recursos dos quais depende sua existência. Caso emblemático é o da bíblica disputa entre a gente de Abraão e a de Lot (Gêneses, 13). A terra “não era suficiente para todos” e um deles, com autoridade política sobre um dos grupos teve que partir com sua gente a procura de novo espaço. A migração faz parte da vida: vegetais migram, animais migram e a história da humanidade nos mostra que mudanças climáticas, guerras, epidemias, esgotamento de recursos, aumento da população forçam às migrações, sejam permanentes ou temporárias. Um exemplo: no espaço que hoje constitui o Brasil, dizem antropólogos, historiadores e qualquer mapa lingüístico, há marcas da presença do grande grupo indígena tupi em várias regiões. Por outro lado, há vestígios de que a Amazônia já foi mais de uma vez, em razão das glaciações, uma região gelada e em outros tempos, seca e com “ilhas” de florestas.

Herdamos de Darwin a assertiva de que qualquer sociedade necessita de nutrição, segurança e condições de reprodução para sobreviver. Na prática, a nutrição tem que ser acessada no ambiente, com trabalho de alguma forma organizado e até hierarquizado. A segurança depende também de organização política, para se defender de competidores, além de normas de saúde. As condições de reprodução por sua vez dependem de sentimentos de preservação e de processos e estratégias, pois quem não se reproduz simplesmente se extingue. E a estratégia humana é, como nos diz Marx em *O Capital*:

[...] Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (Karl Marx. *O Capital*. Vol. 1, Part III, Cap. VII, Seção 1).

Mais adiante, nos diz a mesma fonte:

[...] Animais e plantas que costumamos considerar produtos da natureza são possivelmente não só produtos do trabalho do ano anterior, mas, em sua forma atual, produtos de uma transformação continuada, através de muitas gerações, realizada sob controle do homem e

pelo seu trabalho. No tocante aos meios de trabalho, a observação mais superficial descobre, na grande maioria deles, os vestígios do trabalho de épocas passadas.

A agricultura, cujos vestígios nas várzeas amazônicas são inegáveis, se encaixa perfeitamente no afirmado pelo filósofo. E, a literatura de viajantes desde o século XVII e imagens de satélites na atualidade mostram-nos dois fatos fundamentais para a compreensão da interação natureza/homem na Amazônia. Primeiro que a região já abrigou populações variadas e numerosas, principalmente na orla dos rios, grandes fornecedores de proteína animal, diferentemente das florestas, onde a demografia sempre tendeu a ser por essa razão menos densa. Por outro lado, fora da Amazônia, no Nordeste, Sul e Centro-Oeste brasileiros de hoje há, como também escreveram os cronistas, alguns religiosos e bandeirantes, sinais dos antigos caminhos percorridos mais de uma vez por grupos como os antigos tupis.

Um exemplo é o caminho do Peabiru, que ligava o litoral sul brasileiro ao Peru. No centro-sul é conhecido o fato de que tropeiros dos séculos XVIII e XIX percorriam caminhos de a muito utilizados. Alguns desses caminhos se confundem hoje com rodovias, já que a geografia ditava seus contornos. Mais que isso, sabe-se que alguns dos caminhos do litoral ao planalto eram milenares trilhas de animais que migravam sazonalmente, sendo depois utilizados pelos humanos. Mas na Amazônia, o grande caminho foi a água, que facilitou não só os movimentos de grupos pré-cabralinos, como também o dos conquistadores. Estes vão dominar quem já fez o trabalho de adaptar-se ao ambiente. Em resumo, a conquista européia encontrou espaços conhecidos e, ainda o domínio de técnicas de aproveitamento de recursos naturais, sem os quais não teria o homem branco sobrevivido.

A conquista e manutenção do espaço: fronteiras políticas e fronteiras de recursos

Com o mercantilismo europeu chega uma nova ordem que mudaria para sempre o cenário cultural, social e político dos povos americanos. Na Amazônia, como em toda a América, a partir daquilo que se chamou extração das drogas do sertão os da terra vão passar a viver não mais para si, pois populações diferenciadas e ambientadas algures vão ocupar e dominar seus espaços, bem como suas vidas. Doenças dizimaram a maior parte das populações originárias, serão escravizados e levados para outras terras, outros terão que trabalhar muito para ter o direito de entrar no céu ou não morrer na mão de seus vencedores. Espaços serão também delimitados sob a

autoridade de Estados Nacionais, suplantando quaisquer laços e estruturas políticas anteriores à conquista.

Autores como Farage (1991) se referem à existência de uma unidade política formada por várias aldeias indígenas: o cacicado. Este era caracterizado como uma aliança encabeçada por líderes guerreiros, mas que evidentemente não puderam deter as forças dos conquistadores, nem se opor eficientemente às novas estruturas coercitivas construídas especificamente para administrar a vida indígena. Esse conjunto de normas coercitivas evoluiu desde os *Capitães de Aldeia* (1616-1686); o *Regimento das Missões* (1686-1755) e o mais famoso instrumento de dominação política e econômica dos índios no Brasil: o *Diretório dos Índios* (1755) do ministro português Marquês de Pombal, um instrumento que perdurou até o fim do século XVIII.

Na metade daquele século houve uma definição de fronteiras políticas entre Portugal e Espanha, com o Tratado de Madri (1750). A partir daí no geral definiram-se as fronteiras do futuro Brasil. Como havia desconfianças entre os dois Estados europeus, foram levantadas fortalezas na Amazônia, como tudo o mais, com a necessária participação forçada dos indígenas. Esses, em grande parte já destribilizados vão sendo integrados cada vez mais na vida econômica e social alheia ao seu meio e tradições. A exceção é o uso de uma nova língua indígena derivada da dominação - o *Nbengatu*, que se tornou majoritária na região até o fim do século XIX.

Na primeira metade do século XIX a Amazônia foi palco de dois fatos sangrentos que a marcariam para sempre: a integração ao Império do Brasil (1823) e a Revolta da Cabanagem (1835-1840). Essa última, que dizimou as populações amazônidas, teve grande participação dos indígenas. Mas o século XIX traria mais: a Revolução Industrial, a pleno vapor no ocidente europeu e nos Estados Unidos exigia cada vez mais matérias primas e a exploração da borracha, até então um produto natural conhecido há séculos pelos habitantes da Amazônia vai mudar inteiramente seu perfil. Assim, após 1850 o indígena foi mais uma vez utilizado, agora como seringueiro, até que fosse suplantado em número por trabalhadores nordestinos (SANTOS, 1979).

As cidades de Belém e Manaus se urbanizam, surgindo um comércio e uma classe social segundo modelos europeus. A fronteira brasileira se expande para a Bolívia, com a conquista do Acre. Nas duas capitais os pobres são expulsos para a periferia e em Manaus procurou-se apagar qualquer identidade indígena (FREIRE, 1993). Na segunda década do século XX a imensa fronteira de recursos deixou de ser fronteira de capital, entrando em crise em razão da concorrência estrangeira. Então já o português era a língua majoritária e o panorama geral da região estava completamente mudado.

O século XIX foi também a época da expansão do imperialismo e o governo de Pedro II foi forçado a abrir em 1853, embora não inteiramente, o rio Amazonas à livre navegação internacional. No Brasil republicano, após 1889, as potências européias voltariam a pressionar o governo quanto a novas definições fronteiriças no Norte. O grande defensor dos interesses brasileiros foi o Barão do Rio Branco, que utilizou o guarda-chuva militar norte-americano para enfrentar as potências européias. O perigo era real, basta lembrar que a Venezuela em 1897 teve que ceder à Inglaterra uma área em litígio, situada hoje na República da Guiana e desde então reclamada. Além do mais, países europeus, alegando atraso no pagamento de dívidas atacaram a Venezuela em 1903.

Uma fronteira geopolítica

Na primeira década do século XX o Brasil tinha resolvido suas pendências fronteiriças com todos os vizinhos. No processo, houve apenas uma derrota: a da Questão do Pirara, com a Inglaterra, na divisa com a hoje República da Guiana, resolvida por arbitramento em 1904. Nos anos seguintes, com a economia da borracha em queda, a população da Amazônia refluíu, enquanto muitos se dedicam a atividades como a mineração no vale do rio Branco, hoje Roraima. Ali chegam também, em 1909 os padres beneditinos, que constataam a migração de índios do Brasil, maltratados por fazendeiros e balateiros, para a Guiana (EGGERATH, 1924). Noticiam também a construção de uma ferrovia inglesa que ligaria Georgetown à fronteira brasileira. A tal ferrovia jamais existiu, e a preocupação era, ao que parece, com a perda de mão de obra indígena, que continuava essencial em vastas áreas da Amazônia.

Enquanto isso, o mundo passou pela Primeira Guerra (1914-1918) e pela Grande Depressão na década de 1930 e também de radicalizações ideológicas e nacionalistas, no qual a Amazônia seria centro de atenções. Foi nesse período entre guerras que intelectuais, geógrafos e militares brasileiros expuseram idéias geopolíticas em defesa do território nacional e principalmente da rica região amazônica. O espectro de uma nova guerra mundial e de possível avanço de nações poderosas sobre o continente sul-americano, em busca de seus recursos naturais assustava governos e lideranças. Um exemplo: na Venezuela o presidente Lopes Contreras planejou uma ocupação mais efetiva de suas fronteiras ao largo do Orinoco e ao sul, junto à fronteira brasileira. Através de decreto presidencial foi ordenada uma ampla pesquisa geológica preliminar e alegava que existiam em seu país regiões quase desconhecidas, como a “Gran Sabana”, na divisa com a Amazônia brasileira.

Desde 1933, ano em que os Estados Unidos, para vencer a Grande Depressão inauguram o “New Deal” e deixaram de lado a política de intervenções no Caribe e continente sul-americano, conhecido como “corolário Roosevelt”, o Brasil se viu mais livre para ter uma política externa aberta e independente. O governo brasileiro buscava formas de desenvolver o país e apoiava projetos como o já existente desde 1927 de Henry Ford no Tapajós – que constava principalmente de grandes plantações de seringueiras. Japoneses promovem a cultura da pimenta e da juta no Pará e Amazonas. Mais ainda: em busca de capital e tecnologia para desenvolver o Brasil, o primeiro governo Vargas (1930-1945) permitiu e prestou ajuda a uma expedição exploratória alemã no Pará, na divisa com a Guiana Francesa.

Até então a guerra era uma possibilidade, mas o governo americano ficou atento aos acontecimentos, de olho nos avanços dos competidores por produtos estratégicos na América do Sul. Urgia, pois apoiar governos na busca de melhoramentos internos e isso incluía colaborar com capitais e tecnologia. Houve colaboração técnica e recursos materiais para expedições de pesquisa que ampliaram o conhecimento de regiões como a Amazônia. O instrumento para tal política foi o *Institute for Inter-American Affairs*, cujo comando foi entregue a Nelson Rockefeller. Mas se o Departamento de Estado dos Estados Unidos financiava expedições de cientistas, conscientes da necessidade de controle, os governos brasileiro e o venezuelano adotaram medidas reguladoras do acesso a seus territórios. Se, era preciso promover mudanças no perfil econômico (MORALES, 2009, p. 20), já que a grande crise não só diminuiu suas exportações e também desarticulou o mercado importador, os governos não queriam acima de tudo, perder a soberania. E, quando a guerra chegou ao continente, o que houve foi uma colaboração, principalmente no Brasil.

Segurança da fronteira e o papel da Amazônia em conflitos

Data do início dos anos de 1940 a primeira grande intervenção governamental brasileira na Amazônia e, ficou claro que esta devia ter garantidas suas fronteiras, ao mesmo tempo em que devia participar com seus recursos para o esforço de guerra. Isso não era um fato isolado, pois foram também cedidas bases aéreas e marítimas aos norte-americanos. Em troca, o governo federal brasileiro receberia apoio norte-americano para promover o desenvolvimento nacional, bem como apoio para medidas de defesa. Evidentemente, a borracha ocupava um lugar de destaque e o contingente para sua extração foi expandido, com a migração de milhares de “soldados da borracha” do Nordeste para a região. De acordo com Bahiana (1991, p. 16-

17) foi criado um *Serviço de Saúde Pública*, um outro para a *Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia* e também o *Banco de Crédito da Borracha*. Mais ainda, foram criados cinco territórios federais, três deles – Rondônia, Roraima e Amapá nas fronteiras amazônicas.

Em 1945, ano do fim da Segunda Guerra marca também o final do governo ditatorial de Vargas, mas a ideologia da necessidade de segurança nas fronteiras ressurgiu após 1964, época em que se inicia no Brasil o período conhecido como regime militar, e o mundo vivia sob o fantasma da Guerra Fria. Região estratégica, a Amazônia ocupava há décadas um lugar especial na mentalidade dos militares brasileiros. A antiga idéia de sua integração à economia e à vida nacional vinha sendo defendida também por inúmeros geopolíticos, principalmente após a década de 1920. Assim, mesmo com a atenção voltada para a solução de assuntos prementes, como a organização da nova ordem, houve a implantação de medidas visando a dinamização da vida econômica na região, como a transformação, em 1966, da inoperante SPVEA (Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia) para SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) e a criação da Zona Franca de Manaus (1967). Houve ainda (BECKER, 1998), a delimitação de uma nova área extra-regional – a Amazônia Legal, já existente em lei desde 1953.

As medidas tomadas para a região na época faziam parte do que se chamou “Operação Amazônia” (1965-1967), que objetivava colocar em prática as antigas idéias de ocupação, desenvolvimento e integração, formuladas desde o primeiro governo de Getúlio Vargas mas aperfeiçoadas nas décadas posteriores, por institutos de pesquisa e de planejamento oficiais, como o Instituto de Pesquisas Econômica e Social (IPES) (MAHAR, 1978). Segundo esse pensamento (BAHIANA, 1991, p. 19; MAHAR, 1978, p. 3-4), de inspiração geopolítica, era necessário fortalecer a presença do Estado numa região de grande extensão territorial tido como quase vazia em termos populacionais.

A intervenção na Amazônia pelos governos militares após 1964 tem sido considerada como iniciada com a construção da rodovia Transamazônica, em 1970, após visita do presidente Médici ao Nordeste para verificar os efeitos de terrível seca. Ainda na primeira metade desse mesmo ano, segundo Velho (1976, p. 209), foram anunciados vários outros projetos rodoviários como a Cuiabá-Santarém, a pavimentação da Belém-Brasília e o apoio à rodovia estadual amazonense que ligava Manaus à Brasília-Acre. Em julho de 1970 foi anunciado o PIN (Programa de Integração Nacional) que, na opinião de Velho (1976), substituiu a abordagem desenvolvimentista regional pela inter-regional.

Havia a idéia de sempre se subordinar a economia regional brasileira a um plano maior, de natureza geopolítica, como ressalta Santos (1996) e que tinha como mentor mais conhecido, o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), do grupo de Castelo Branco e da Escola Superior de Guerra - ESG. No entanto, foi um membro desta instituição, o general Carlos de Meira Mattos (1913-2007), o principal idealizador da ação do Estado nacional brasileiro na Amazônia na década de 1970, quando o Estado autoritário brasileiro já estava consolidado e o país apresentava contínuos índices positivos de crescimento.

O pensamento de Meira Mattos, exposto em várias de suas obras (MATTOS, 1975; 1977; 1980), estava calcado, como também o de Golbery e outros militares de seu tempo, em premissas geopolíticas já tratadas desde as décadas de 1920 e 1930, principalmente por Everardo Beckheuser, Mário Travassos e Cassiano Ricardo. Para Lewis Tambs (1978, p. 45-46), autor de trabalhos de geopolítica sobre a América Latina, Mário Travassos foi um dos postulantes da presença dos dois grandes pólos estratégicos da América Latina: o maciço boliviano de Charcas e o mar “fechado do Caribe”¹. Ambos os conceitos se tornariam verdadeiros paradigmas da geopolítica latino-americana, principalmente a partir das obras de Golbery, incorporador e divulgador da primeira dessas proposições. Segundo Shilling (1978), a Bolívia, o Paraguai, Rondônia e Mato Grosso constituíam a união dos setores geopolíticos na América Latina, concepção que passou a ser levada em conta e gerou protestos de inúmeras autoridades e intelectuais de países vizinhos.

Vesentini (1987, p. 69) destaca que o pensamento geopolítico nacional herdou idéias da elite intelectual do Império, re-elaborando-as e ultrapassando a preocupação com a segurança do Estado. Assim, numa justificativa da dominação, utiliza-se dos mitos históricos mais arraigados numa sociedade, tidos como alicerces ou marcos da história nacional. Mas a geopolítica pensada na ESG olhava, sobretudo, para o futuro (MATTOS, 1978), atribuindo papéis específicos nessa “missão” a setores da sociedade e ao território. Este último, de acordo com Mattos (1975; 1978), citando idéias do pensador e historiador inglês Arnold Toynbee (1889-1975), tem que ser dominado, vencido, não devendo oferecer facilidades ao homem sob pena de formar-se em seus domínios um povo fraco, uma sociedade que tende a enfraquecer-se e mesmo a desaparecer.

Está subjacente nesse pensamento, que o agente condutor da sociedade nessa caminhada de domínio da natureza e de busca de um lugar ao sol, no meio das na-

¹ De acordo com Tambs (1978, p. 45), esses dois pólos geopolíticos foram identificados também pelo boliviano Jaime Mendoza.

ções desenvolvidas é o Estado, o Estado-nação dos geopolíticos (SILVA, 1981). Fica subentendida também (MATTO, 1978; 1980), a necessidade de se ordenar a ação para se vencer obstáculos, a serem necessariamente vencidos: os antagonismos de várias ordens, inclusive políticos. Em suma, defende-se o autoritarismo, o que não se constitui propriamente em novidade na história intelectual brasileira.

A linha de pensamento político de Meira Mattos seria marcada por essa composição político-econômica e pela necessidade de dominação do ambiente pelo homem. Na obra *Brasil, geopolítica e destino* (1975, p. 8-12), ele traça a trajetória para transformar o país até o ano 2000 em nação desenvolvida, uma das metas do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento). Na mesma obra (1975, p. 8) afirma que “[...] a façanha humana no planeta é marcada pela luta”. Diferente de Golbery, para quem a região do Rio da Prata teria maior importância para a estratégia geopolítica brasileira, Mattos (1980) defendia um avanço, a “conquista” da Amazônia para consolidar o Estado-nação brasileiro, através de uma estratégia sobretudo terrestre.

Nessa perspectiva, a problemática das ligações rodoviárias surge com força no discurso de Mattos (1980, p. 147-148):

Durante 200 anos tentamos a conquista do nosso interior e particularmente da imensa Bacia Amazônica apoiados em estratégia essencialmente fluvial. Fracassamos porque a navegação fluvial é caprichosa; não nos leva onde queremos; a navegação dos rios amazônicos sofre a influência das estações de águas altas e águas baixas; há inúmeras quedas e cachoeiras que interrompem a navegação da maioria dos cursos d’água. Mudamos de estratégia nos anos 50 e começamos a implantá-la nos anos 60. A nova tentativa seria a conquista do Planalto Central, onde se encontra o *divortium aquarium* entre as três maiores bacias brasileiras – do Prata, do Amazonas e do São Francisco; montados nesse divisor (instalação de Brasília), tentamos baixar à planície amazônica pelos grandes espigões que separam as águas dos afluentes da margem sul do ‘grande rio’. E assim o fizemos, desce-mos pelo divisor que separa o Tocantins do Araguaia para alcançar Belém na foz do Amazonas. Baixamos pelo espigão que separa o Xingu do Tapajós, até Santarém, no baixo Amazonas. Baixamos pelo espigão separador das bacias do Madeira e do Tapajós para chegar a Manaus, no médio Amazonas. Aí está a ossatura da nossa estratégia de conquista da Amazônia. O êxito desse empreendimento animou-nos. Depois veio a grande transversal, cortando espigões de leste a oeste, e ligando entre si as artérias longitudinais que seguiram esses divisores – a Transamazônica”.

Numa referência à outra rodovia de ligação, a Perimetral Norte, BR 210, Mattos (1980, p. 148) argumenta que esta é a continuação da mesma estratégia, buscando o espigão entre os rios Jari e o Trombetas, para chegar a Tiriós, na fronteira com o Suriname e daí a Roraima e às fronteiras da Venezuela e República da Guiana e, possivelmente em futuro próximo, a fronteira Colombiana. Para Mattos, todas essas

rodovias seriam de interesse também dos vizinhos países de língua espanhola, mas para Shilling (1978), esse avanço fazia parte de medidas que representavam o que muitos consideravam como um avanço do “expansionismo brasileiro”.

O papel de dominância na América Latina, buscado ou não pelo Brasil foi resumido por pesquisadores como Becker, Egler (1994, p. 154-168), os quais afirmam que até 1974 o Brasil fundamentou sua política externa numa aliança bilateral com os EUA, inclusive nas relações com seus vizinhos. Mas houve uma mudança a partir de 1975 e em 1978 o Brasil induziu alguns de seus vizinhos a assinar em 1978 o *Pacto Amazônico*, mais conhecido como Tratado de Cooperação Amazônica. Em *Geopolítica pan-Amazônica* (1980), Mattos argumenta que o Pacto traria vantagens econômicas e políticas para o Brasil e seus vizinhos. Todos seriam beneficiários da integração que adviria da assinatura do documento, em julho de 1978, entre Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana. O Pacto representaria:

[...] um esforço no sentido de conscientizar os países condôminos da região sobre a necessidade de criarem um organismo de cooperação regional, para juntos moverem as alavancas capazes de despertar a Pan-Amazônia de seu sono secular”. E, uma lembrança: “Não será possível, nesse esforço hercúleo, abrir mão do capital e da tecnologia dos países mais adiantados do mundo, dos organismos internacionais de suporte financeiro e tecnológico. O que não desejam os países amazônicos é perder a soberania sobre essa região cobiçada sob o pretexto de sua incapacidade para explorá-la. Para isso terão que atuar juntos – mostrar inteligência, colocar de lado suas desconfianças recíprocas e revelar uma verdadeira vontade realizadora. (MATTOS, 1980, p. 136).

As “desconfianças recíprocas” eram oriundas dos temores da expansão brasileira na região, por parte de governos, de intelectuais ou representantes de setores acadêmicos ou ainda de grupos de interesse, como se observa em Madi (1998), em Martinez (1980), Nazon (1997) e, Schilling (1978). O perigo de se “perder a soberania” embora reconhecendo a necessidade de recursos externos, financeiros e tecnológicos, expressam aqui o momento em que o governo brasileiro já não aceitava o “alinhamento automático” com os EUA, após a metade da década de 1970. Mas não houve recursos para ir mais longe.

O fim da década de 1970 foi o tempo de realização máxima do governo brasileiro, antecedendo a “crise da dívida” que se abateu sobre o Terceiro Mundo, em 1979, e a uma outra em 1981-1982, que levaria ao início do fim do regime militar. Na década de 1980, projetos como o Calha Norte (1985) seriam tentativas de reeditar a organização do espaço amazônico e proteger as fronteiras. Em 1985 o regime militar brasileiro terminaria, seguindo-se a convocação de uma Assembléia Constituinte,

onde, através da Constituição Federal de 1988, os direitos das populações tradicionais, como as indígenas e uma legislação ambiental mais rígida e integrada foram em parte atendidos.

Na década de 1990, com a “Nova ordem mundial” e o “Consenso de Washington” (ALTVATER, 1995; HUNTINGTON, 1997), que se impuseram após a Guerra Fria, o Brasil, bem como a Amazônia e a própria geopolítica, sofreriam mudanças no rumo de sua vida política. Contudo, afirmam Becker, Egler (1994, p. 273), há uma herança presente, estruturadora, da geopolítica, bem como novos papéis para essa área do conhecimento nos tempos da multipolarização e de politização da natureza.

Considerações finais

O espaço amazônico, em especial o brasileiro, ainda continua sendo construído, mas seus habitantes originais muito pouco participam dessa ação. Há milhares de anos mudanças climáticas promoveram adaptações ao meio e migrações de povos que construíam seu espaço através do trabalho, seja a caça, a pesca ou a agricultura. As duas primeiras proviam – é o que pesquisas recentes apontam – a quantidade de proteína necessária à sua nutrição. E era nas várzeas que se concentrava a maior parte de sua população então numerosa.

Esse mundo se transformou com a conquista. Primeiramente por agentes de Estados mercantilistas e depois para atender às necessidades de matérias primas necessárias à grande demanda provocada pela Revolução Industrial. Sem deixar de ser uma fronteira de recursos, e também por causa disso, tornou-se uma imensa região que necessitava, acreditava-se, de proteção e segurança. Isso seria oferecido pelo Estado nacional brasileiro, mas com projetos que excluía seus antigos habitantes.

Foram as fronteiras políticas que ficaram marcadas por essas ações geopolíticas. O ambiente foi também tido como um empecilho ao desenvolvimento, pois tudo ficou sob a égide da segurança, não a darwiniana, mas a do regime político e do desenvolvimento. As populações foram adensadas junto às fronteiras, ligadas por rodovias estratégicas, acelerando a relação tempo/espaço. Multiplicaram-se os choques com as populações indígenas e as novas rodovias facilitaram o desmatamento. Alguns dos grandes projetos formaram enclaves, enquanto as populações urbanas se multiplicaram e algumas cidades amazônicas hoje apresentam os mesmos problemas das de outras regiões. Enquanto o homem transforma o ambiente/fronteira de recursos, já se observa a migração intra-regional e problemas nas intensas movimen-

tações humanas nas fronteiras políticas. A Amazônia continua sendo um lugar de atenção e de preocupação.

Referências

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1995.

BAHIANA, Luís Cavalcanti. O Norte na organização regional do Brasil. In: **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística., v. 3, 1991. p. 15-23.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **A geopolítica na virada do milênio**: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

_____; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. (Coleção Geografia).

EGGERATH, Pedro. **O vale e os índios do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Barés, Manãos e Tarumãs**. Amazônia em Cadernos, Manaus: Museu Amazônico/Universidade Federal do Amazonas, v. 2, n. 2/3, p. 159-178, dez. 1993/1994.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações**: e a recomposição da ordem mundial. Tradução de M. H. C. Côrtes, Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MADI, Issam. **Conspiración al sur Del Orinoco**. Caracas: Edição do Autor, 1998.

MAHAR, Dennis. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. (Relatório de Pesquisa, 39).

MARTINEZ, Pedro Fernando Castro. **Fronteras Abiertas**: expansionismo y geopolítica en el Brasil contemporáneo. México: Siglo Veintiuno, 1980.

MARX, Karl. (Karl Marx. **O Capital**. Vol. 1, Part III, Cap. VII, Seção 1). Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm>. Acesso em 27.01.2013.

MATTOS, Carlos de Meira. **Brasil, geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

_____. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977.

_____. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

_____. **Amazônia: o grande desafio geopolítico**. Revista da Escola Superior de Guerra. v.1, n.41. p. 313-321, 2002

MORALES, Otoniel. **América Latina Y El Caribe em la agenda de la política exterior estadounidense entre 1920-2004: diversificación, coincidencia y conflicto**. Caracas: Centro Nacional de História, 2009.

NAZOA, Aida Santana. **La cuestión científica y tecnológica en el Amazonas venezolano: evaluación y perspectivas**. Caracas: Universidade Central de Venezuela, 1991.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1989.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996. (Coleção Espaços).

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. Campinas-São Paulo: Editora Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1979

SCHILLING, Paulo R. **El expansionismo brasileño**. Cidade do México: El Cid, 1978.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política Nacional: o Poder Executivo e geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. (Coleção Documentos Brasileiros,190).

TAMBS, Lewis A. **Fatores geopolíticos na América Latina**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro. Ano 65, n. 679, set./out.1978.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL, 1976.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. (Coleção Ensaios, 124).

WILLIAMSON, John; KUCZYNSKI, Pedro-Pablo. (Org.) **Depois do consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2004.

